



PENSANDO A UTILIZAÇÃO DA REDE SOCIAL FACEBOOK NO ENSINO DE FILOSOFIA

*José Carlos Silva de Almeida¹
Jossilane de Sousa Freitas²*

RESUMO: Partindo do contexto do ensino de filosofia em nosso país, o presente artigo aponta a necessidade de pensarmos em recursos metodológicos que consigam oferecer possibilidades de amenizar parte das limitações encontradas no cenário da educação pública e que, ao mesmo tempo, possam promover a reflexão, a argumentação, o diálogo e a discussão, tão importantes à experiência filosófica. Nesse sentido, destacamos o potencial da utilização da rede social Facebook como recurso auxiliar ao ensino da filosofia, reconhecendo-o como capaz de proporcionar aos estudantes já tão familiarizados com as redes sociais o desenvolvimento de características essenciais ao pensamento filosófico no ensino médio.

Palavras-chaves: Ensino de Filosofia, Redes Sociais, Facebook, Diálogo, Discussão.

ABSTRACT: Starting from the context of teaching philosophy in our country, this article points out the need to think about methodological resources that can offer possibilities to alleviate some of the limitations found in the public education scenario and that, at the same time, can promote reflection, argumentation, dialogue and discussion, so important to the philosophical experience. In this sense, we highlight the potential of using the social network Facebook as an auxiliary resource for teaching philosophy, recognizing it as capable of providing students who are already so familiar with social networks with the development of essential characteristics for philosophical thinking in high school.

Keywords: Philosophy Teaching, Social Networks, Facebook, Dialogue, Discussion.

INTRODUÇÃO

Reflexões e questionamentos acerca da prática de ensino devem fazer parte do cotidiano de professores e professoras que estejam atuando diretamente na área educacional. Como docentes, estamos permanentemente na busca da melhor forma de desempenharmos

¹ Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Antonianum (Roma). Professor Associado IV do curso de Filosofia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: jcdafilosofia@hotmail.com

² Mestra em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora efetiva da rede estadual de ensino do Ceará. Email: lanefreitas1990@gmail.com.





nossos trabalhos, de forma a garantir que os discentes possam ser despertados para o processo da busca pelo conhecimento. Dessa maneira, temos, enquanto profissionais da educação, uma tarefa contínua, ou seja, a necessidade da reflexão e o estudo sobre novas estratégias, materiais e metodologias de ensino que possam contribuir para tornar as aulas mais atrativas, dinâmicas e com significado para os que delas desfrutam.

A efetivação de aulas que fujam à metodologia tradicional de ensino para estudantes da rede pública configura-se como um desafio aos professores, haja vista que a utilização de recursos diferenciados encontra algumas barreiras, já que muitas vezes a escola não dispõe de instrumentos e tecnologias para tais ações ou não as possui de modo suficiente para atender suas necessidades. Os materiais geralmente disponibilizados tendem a se restringir à utilização dos livros didáticos, o que acaba algumas vezes por reduzir o processo educativo à leitura e aos exercícios próprios do livro. Não que tal material didático seja dispensável, mas, para desenvolver uma aprendizagem mais significativa, é necessária a utilização de recursos que consigam sensibilizar mais facilmente, visando despertar os educandos para os problemas e temáticas trabalhados. Além disso, quando se trata de aula de filosofia especificamente, encontramos mais uma dificuldade, a saber, lidar com o pouco tempo disponível à disciplina, o que limita ainda mais o que pode e o que dá para ser feito no espaço e tempo existentes.

Analisando esse contexto, surge a necessidade de pensarmos em recursos metodológicos que consigam oferecer possibilidades de amenizar parte das limitações encontradas no cenário da educação pública, e que ao mesmo tempo possam promover a reflexão, a argumentação, o diálogo e a discussão, tão importantes à experiência filosófica.

1 A FILOSOFIA E A ESPECIFICIDADE DO SEU ENSINO

O filósofo e educador Sílvio Gallo é um dos teóricos mais estudados quando se trata da discussão sobre o ensino de filosofia no cenário educacional brasileiro. Ele apresenta uma concepção de que a filosofia deve ser uma experiência do pensamento, o que seria proporcionado por meio do diálogo problematizador e de uma boa fundamentação teórica,



negando assim o nível da mera *doxa*, superficial e sem conteúdo. Assim, Gallo expõe sobre a especificidade da filosofia:

1. Trata-se de um *pensamento conceitual*: enquanto saber, ela é sempre produto de pensamento, é uma experiência de pensamento. Mas o que caracteriza a filosofia, como veremos a seguir, é que ela é uma experiência de pensamento que procede por conceitos, que cria conceitos, à diferença da ciência e da arte;
2. Apresenta um *caráter dialógico*: ela não se caracteriza como um saber fechado em si mesmo, uma verdade dogmática, mas como um saber que se experimenta, que se confronta consigo mesmo e com os outros, que se abre ao diálogo com outros saberes, um saber aberto e em construção coletiva;
3. Possibilita uma postura de *crítica radical*: a atitude filosófica é a da não-conformação, do questionamento constante, da busca das raízes das coisas, não se contentando com respostas prontas e sempre colocando em xeque as posturas dogmáticas e as certezas apressadas. (GALLO, 2007, p. 22).

Fica claro que a principal característica da filosofia no ensino médio para Sílvio Gallo é a de ser capaz de criar, recriar conceitos. O diálogo e a crítica radical podem até ser encontrados em outras formas do saber, mas apenas a filosofia por meio destas se torna uma produtora conceitual, de ideias. Deleuze e Guattari (1992, p. 13) já afirmavam isso:

Criar conceitos sempre novos é o objeto da filosofia. E porque o conceito deve ser criado que ele remete ao filósofo como àquele que o tem em potência, ou que tem sua potência e sua competência. Não se pode objetar que a criação se diz antes do sensível e das artes, já que a arte faz existir entidades espirituais, e já que os conceitos filosóficos são também sensíveis. Para falar a verdade, as ciências, as artes, as filosofias são igualmente criadoras, mesmo se compete apenas à filosofia criar conceitos no sentido estrito. Os conceitos não nos esperam inteiramente feitos, como corpos celestes. Não há céu para os conceitos. Eles devem ser inventados, fabricados ou antes criados, e não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criam.

Quando discutimos a questão da filosofia e as formas de seu ensino no nível médio, devemos ter certo cuidado em como compreendê-lo e conseqüentemente disponibilizá-lo aos estudantes. Com relação a isso, Gallo (2007) nos faz três alertas. O primeiro alerta chama a atenção para o ensino da filosofia como ato/processo, ou seja, de que ensinar não é apenas transmitir conteúdos construídos ao longo da história do pensamento humano. A filosofia é uma forma de saber contínua, permanentemente viva e ativa, sempre havendo pensamentos



e ideias novas sendo produzidas. É preciso também ensinar o processo do filosofar para manter o pensamento sempre vivo:

Se a filosofia continua viva e ativa, é porque tem sido transmitido às novas gerações também o *processo* da produção filosófica, de modo que há sempre filósofos novos, produzindo um novo pensamento, dando continuidade a essa história. Assim, ensinar filosofia é ensinar o ato, o processo do filosofar. (GALLO, 2007, p. 15-16).

Não se está desconsiderando aqui a importância da história da filosofia para o seu ensino no nível médio, apenas defendemos a aprendizagem conjunta do próprio ato do filosofar com o pensamento filosófico já construído historicamente. Evidentemente, “não temos o direito de querer que nossos alunos ‘reinventem a roda” em filosofia. Para que eles possam aprender o ato do filosofar, é preciso que conheçam a história da filosofia” (GALLO, 2007, p. 16), o que caracteriza o segundo alerta feito sobre o ensino de filosofia. Nessa mesma perspectiva, René José Trentin Silveira, em “Teses sobre o ensino de Filosofia no nível médio”, expressa o entendimento de que o conteúdo ensinado não deve e nem pode estar separado da aprendizagem do processo da reflexão, ou seja,

Ao aprender o conteúdo filosófico, o aluno aprende ao mesmo tempo, um método de reflexão. Isso porque, ao aprender o raciocínio do autor estudado, o aluno vai também assimilando aquela forma de pensar, de organizar as ideias e os argumentos, enfim, o procedimento reflexivo desse autor, e se exercitando com ele nesse procedimento. Vale dizer, o aluno aprende a refletir, tomando contato com a reflexão praticada pelo filósofo estudado. (2007, p. 87-88).

O terceiro e último alerta importante é o de estar aberto para o novo pensamento que possa ser criado. Devemos favorecer a criatividade, partindo do já existente na tradição filosófica, mas, quando necessário, recusá-la para dar espaço ao diferente, à criação de novas ideias. Digamos que precisamos não aceitar sempre, sem questionamento, o já pensado, pois se sempre houver a aceitação do que foi pensado pela tradição, o pensamento filosófico corre o risco de se estagnar, de encontrar falência. Precisamos da tradição, mas ao mesmo tempo devemos negá-la, questioná-la, pôr em análise e discussão. Assim,

Se precisamos estar atentos à história, é necessária porém uma recusa da tradição para a emergência do novo. [...] Em poucas palavras: precisamos do mestre, da tradição, para iniciar ao filosofar; mas também precisamos matar o mestre, negar a



tradição, para continuarmos a aventura filosófica, para que a mantenhamos viva e ativa. (GALLO, 2007, p. 16).

Sobre essa perspectiva, o ensino de filosofia não pode apenas se restringir ao conteudismo, ou seja, ao ensino como mera transmissão de conteúdos. Fazer filosofia não é apenas conhecer a sua história, o que logicamente também é necessário, mas ensinar filosofia é proporcionar aos nossos educandos a possibilidade da reflexão, do questionamento e da criação dos seus próprios conceitos. Deve-se entender que a produção conceitual aqui defendida não é nada construído fora da realidade do pensador/estudante. Esta deve partir da própria experiência cotidiana. O conceito deve ter como ponto de partida os problemas vividos, sentidos de alguma forma pelo indivíduo. Silveira alinha-se a esse entendimento quando fala que:

Os conteúdos são fundamentais, mas devem estar em conexão com a realidade dos alunos e com os problemas concretos por eles vivenciados, para que lhes sejam significativos e os façam sentir-se autenticamente motivados para o trabalho filosófico. Afinal, o filosofar, sendo o amor pelo saber, também está associado ao desejo, ao prazer, à paixão, à sedução, e tal dimensão afetiva não deve ser menosprezada no ensino da Filosofia. (2007, p. 89).

A repetição e o entendimento das ideias criadas ao longo da história da filosofia não são suficientes para dizer que os nossos estudantes fizeram ou passaram por uma experiência filosófica. Apenas a reflexão e o questionamento, a partir dos problemas vividos e sentidos, serão capazes de despertar o indivíduo para o ato de filosofar.

O conceito é uma forma racional de equacionar um problema ou problemas, exprimindo uma visão coerente do vivido; isto é, o conceito é uma forma de lançar inteligibilidade sobre o mundo. Dessa forma, o conceito não é abstrato nem transcendente (como é comum pensarmos na tradição filosófica), mas imanente, uma vez que parte necessariamente de problemas experimentados e “vividos na pele” pelo filósofo, que cria o conceito justamente para equacionar um problema concreto. (GALLO, 2006, p. 24).

Na educação, muitas vezes, nós professores nos perguntamos o motivo do desinteresse dos nossos discentes pelos conteúdos que lhes são ofertados, e a resposta é aprendida pela própria prática. No que se refere à prática metodológica enquanto professores de filosofia, precisamos compreender que não podemos lançar aos estudantes conceitos filosóficos



prontos e acabados. Se assim o fizermos, o aluno não precisará pensar, apenas repetir o pensamento já pensado por outro. Quando, ao contrário, o tema ou a questão trabalhada está entrelaçada com a vivência do estudante, quando a ideia o faz pensar sobre sua própria prática ou realidade, podemos observar tamanha diferença. Os questionamentos vão surgindo; a discussão vai se estabelecendo; a investigação se aprofunda e a produção conceitual pode ser realizada.

É preciso que os estudantes vejam sentido no que é trabalhado em sala de aula, que sirva de base, de fundamento para sua vida. No caso da filosofia, quando abordamos problemas e questões filosóficas que os envolvem com seus questionamentos, o desenvolvimento e o resultado da aula tendem a ser mais produtivos. Não é preciso mostrar a importância da filosofia quando isso já é notado por eles. Em uma aula de filosofia, onde se trabalha com conceitos e ideias muito abstratas e desconexas com a realidade vivida dos estudantes, não conseguimos muitas vezes, enquanto professores, fazê-los avançar no ato do filosofar e acabamos nos restringindo ao entendimento dos conceitos. Mas se, ao contrário, trabalhamos com os temas e problemáticas que estão imbricados em suas existências, como as temáticas do amor, da liberdade, da existência humana, da política, dentre outras possibilidades de discussão filosófica, conseguimos ir adiante um pouco mais, há interesse, mesmo que não da totalidade do público, mas, ainda assim, é possível perceber a mudança de atitude. Segundo Lídia Rodrigo,

Se existe a intenção de despertar o interesse e estimular a reflexão filosófica, o caminho mais indicado parece ser tomar os conhecimentos filosóficos significativos para o aluno, e isso só é possível se eles se inscrevem numa busca pessoal do sentido da vida e das coisas. (2007, p. 45).

Não se pode ensinar filosofia apenas apresentando informações sobre o pensamento dos filósofos. Como já dito anteriormente, não é que a história da filosofia não seja importante, mas é necessário ir além. É preciso estimular os discentes ao questionamento, a desenvolverem seus próprios pensamentos, conceitos e ideias. A conceituação é um exercício do pensamento que se origina da tentativa de resolvermos e acharmos respostas aos nossos problemas e inquietações. Sendo assim, todo indivíduo ao problematizar sua existência e suas



práticas dá início ao que chamamos de experiência do pensamento. Quando o aluno indaga a si mesmo, pergunta e questiona sobre algo, ele inicia o processo da experiência filosófica, modificando-se enquanto sujeito, desenvolvendo, criando e recriando um conceito. Essa é a especificidade e o objetivo da filosofia. Gallo afirma que o momento da experiência filosófica de pensamento propriamente dita seria “o equacionamento do problema através de um conceito, seja ele um conceito apropriado de um filósofo, um conceito recriado ou um conceito realmente novo, criado com originalidade”. (2006, p. 27).

Partimos então da perspectiva do ensino de filosofia enquanto experiência do pensamento que tem por finalidade uma construção de conceitos, sendo estes criados a partir da integração dos conteúdos filosóficos com a vivência e existência dos nossos estudantes. Compreendendo essa ideia, chegamos a um segundo questionamento: as práticas e metodologias utilizadas nas escolas públicas permitem e tornam possível desenvolver essa experiência filosófica apresentada por Sívio Gallo? Os conteúdos trabalhados em sala permitem o questionamento, a reflexão, o diálogo, tão importantes para o processo da produção conceitual? A filosofia enquanto disciplina consegue cumprir com esse objetivo?

Sabe-se que a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) disponibiliza aos professores de ensino médio um material denominado “Escola Aprendiz”³, que tem por objetivo servir de orientação para a construção dos currículos escolares. Esse instrumental é fundamentado no PCNEM (Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio), que apresentam conjuntamente as competências e habilidades a serem desenvolvidas no ensino médio.

O que podemos perceber e concluir a partir das experiências nas escolas públicas do estado é que se torna inviável trabalhar de acordo com a matriz apresentada, que é vasta, e ainda conseguir desenvolver todas essas habilidades associadas às competências que são denominadas nessas orientações. Gallo já observara que:

³ Segundo a SEDUC, o material Escola Aprendiz é resultado “de um trabalho coletivo de professores das escolas estaduais de Ensino Médio, técnicos da SEDUC e professores universitários (envolvidos na formação de professores)”. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/escola-aprendente/>. Acesso em: 30 de out. 2019.



Ao ensinar filosofia tomando como objetivo central o desenvolvimento de certas competências e habilidades específicas, como de leitura de textos, articulação de saberes e sua contextualização, corremos o risco de “desfilosofizar” (com o perdão do neologismo) a aula de filosofia, pela perda do conteúdo específico. Por outro lado, ao ensinar filosofia tomando como objetivo a transmissão da história da filosofia, corremos o mesmo risco, mas agora por, centrados no conteúdo, perdermos o desenvolvimento da “experiência” filosófica como prática do pensamento. (2007, p. 17).

Temos aqui duas perspectivas opostas que apresentam a ideia do que deveria ser a filosofia no ensino médio. As duas acabam se equivocando quando tratam do seu principal objetivo de ensino, pois não podemos entender o ensino da filosofia como mero conteudismo. Tampouco como sendo um instrumento para desenvolver tantas habilidades baseadas nas competências pensadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, pois não é tarefa tão simples e fácil assim como apresentam.

Não que a filosofia do ensino médio seja incapaz de possibilitar aos seus estudantes o desenvolvimento dessas habilidades. Isso ocorre, mas não deve ser compreendida como regra, como objetivo primordial da filosofia. Em algumas ocasiões isso pode acontecer, em outras não. Se assim agirmos enquanto professores, tendo por objetivo o desenvolvimento dessas habilidades, poderemos perder o que é próprio da filosofia, sua especificidade, ou seja, a de ser uma experiência criativa do pensamento, processo/ato de criar e recriar conceitos.

As exigências presentes nos PCNs são muitas; as orientações são diversas, mas quando vamos para a realidade das nossas escolas e salas de aula, e mais especificamente, quando compreendemos a realidade da filosofia no ensino médio, percebemos o abismo entre a expectativa e a realidade.

Diante disso, os professores de disciplinas como a filosofia “enxugam” e selecionam conteúdos e temáticas a serem trabalhados nos três anos do ensino médio de acordo com o que é possível realizar. Infelizmente, essa é uma redução necessária. Se trabalhássemos com o que a SEDUC propõe como matriz anual, a filosofia não passaria de uma história da filosofia apresentada de forma bem superficial e conteudística. É a isso justamente que estamos nos opondo. O que defendemos é uma verdadeira experiência do pensar filosófico, pois:

Numa aula de filosofia assim concebida importa mais o processo criativo, a experimentação, fazer o movimento de pensamento, do que o ponto de chegada, a



solução do problema, a veracidade do conceito criado. Importa que cada estudante possa passar pela experiência de pensar filosoficamente, de lidar com conceitos criados na história, apropriar-se deles, compreendê-los, recriá-los e, quem sabe, chegar mesmo a criar conceitos próprios. (GALLO, 2006, p. 26).

O que é disponibilizado a nós professores de filosofia é uma aula por semana e um livro didático, disponibilizado também para os alunos. Se nos restringirmos ao uso do livro didático, talvez nossas aulas não sejam tão atrativas, sensibilizadoras, e podem não despertar o interesse dos nossos estudantes pelas temáticas/problemas filosóficos. Sabemos que, para os jovens de hoje, o visual integrado aos variados tipos de mídias exerce grande apelo. Não podemos negar esta realidade e por isso é necessário pensar em uma metodologia que nos ajude nesse processo de integração entre o que é estudado na disciplina de filosofia e os discentes. Queremos a reflexão, o diálogo de ideias e o questionamento nas aulas de filosofia. Para proporcionar isso, precisamos repensar práticas e metodologias que nos ajudem nesse difícil processo.

2 AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E A EDUCAÇÃO

Desde o início dos tempos, a sociedade vem desenvolvendo ferramentas e oferecendo recursos para facilitar a nossa existência, o nosso cotidiano. O mundo e sua configuração atual são bem diferentes das gerações passadas. É inegável a evolução das ferramentas e tecnologias da informação e comunicação (TICS). Segundo Lima (2006, p.1):

Conhecidas genericamente como Tecnologias da Informação, e mais usualmente como "Novas Tecnologias da Informação", o seu conceito é recente. São tecnologias electrónicas para coligir, armazenar, processar e comunicar a informação. Podem considerar-se duas categorias de tecnologias: as que são capazes de processar a informação (como os computadores) e as que disseminam a informação, como os sistemas de telecomunicações. Actualmente estas duas categorias têm vindo a fundir-se, tendo como objectivo principal disponibilizar a informação com rapidez, segurança e exatidão.

Diante disso, devemos pensar o uso de todo esse arsenal tecnológico não apenas em prol de nossas vidas particulares. Podemos e devemos alargar esse campo de atuação em benefício da educação e do processo de ensino-aprendizagem. Para isso, nós professores



temos o desafio de construir estratégias e adaptar metodologias que se relacionem com a realidade educacional do público jovem, promovendo assim, uma aprendizagem que agregue mais sentido e significado ao que é ensinado no ambiente escolar.

Com o avanço e acessibilidade da internet e das tecnologias da informação, a escola deixou de ser a única via de acesso à aprendizagem e ao conhecimento científico. Deixou de caminhar sozinha e ganhou novas parcerias para atingir seus objetivos. Evidentemente, é necessário inicialmente que o(a) professor(a) esteja aberto(a) para a reavaliação de suas práticas e, por conseguinte, disponível para as transformações e modificações necessárias se tem verdadeiramente em mente proporcionar uma aprendizagem mais significativa.

Não podemos esquecer, conforme postulam Silveira e Reis (2011), que devemos compreender os estudantes enquanto “nativos digitais”, ou seja, crianças e adolescentes que já nasceram e vivem em uma realidade tecnológica, virtual. Esse conceito de “nativos digitais” origina-se e remonta a Prensky⁴ em seu artigo *Nativos digitais, Imigrantes digitais*⁵. Nele, o autor observa e aponta uma resposta para o declínio da educação ocorrida nos Estados Unidos. Apesar de ter realizado sua análise em outro país, sua investigação também serve para compreender a nossa realidade educacional. Vejamos o que ele já alertava:

É incrível para mim que com toda a agitação e debate atual sobre o declínio da educação nos EUA, nós estejamos ignorando a principal causa desta queda. Nossos alunos mudaram radicalmente. Os alunos de hoje não são os mesmos para os quais o nosso sistema educacional foi criado. Os alunos de hoje não mudaram apenas em termos de avanço em relação aos do passado, nem simplesmente mudaram suas gírias, roupas, enfeites corporais, ou estilos, como aconteceu entre as gerações anteriores. Aconteceu uma grande descontinuidade. Alguém pode até chamá-la de apenas uma “singularidade” – um evento no qual as coisas são tão mudadas que não há volta. Esta então chamada de “singularidade” é a chegada e a rápida difusão da tecnologia digital nas últimas décadas do século XX. (2001, p. 1).

Prensky nos faz aqui um alerta sobre o tipo de educação que oferecemos à nossa juventude. Será que o modelo que hoje seguimos, em nossas escolas e salas de aula, ainda

⁴ Marc Prensky é um pensador internacionalmente aclamado, conferencista, escritor, consultor e criador de jogos nas áreas críticas de educação e aprendizagem. Prensky possui a titularidade de MBA em Harvard e Mestrado em Educação em Yale.

⁵ Será utilizada a versão do artigo *Digital natives, digital immigrants* traduzida e cedida por Roberta de Moraes Jesus de Souza, professora, tradutora e mestra em educação pela Universidade Católica de Goiás.



consegue despertar o interesse dos nossos educandos? Será que a linguagem, as metodologias empregadas por nós ainda são capazes de alcançar as novas gerações? Como sabemos, a sociedade se modificou, e as gerações que educamos hoje são diferentes da nossa e mais diferentes ainda da geração de nossos pais e avós. Sendo assim, como ainda podemos continuar tentando ensinar da mesma forma que nós aprendemos? Provavelmente desenvolveremos o sentimento de ineficácia do processo educativo e do nosso ensino. Um dos grandes problemas enfrentados na educação “é que os nossos instrutores Imigrantes Digitais, que usam uma linguagem ultrapassada (da era pré-digital), estão lutando para ensinar uma população que fala uma linguagem totalmente nova.” (PRENSKY, 2001, p. 2).

Nós professores, em significativa parcela, não somos “nativos digitais”, mas sim o que o autor denominou de “Imigrantes digitais”, ou seja, aqueles que viveram em uma época em que os computadores, a tecnologia virtual e a internet não eram tão presentes como hoje, e que só mais tarde adotaram aspectos dessa nova realidade tecnológica. Parte dos professores reconhece a necessidade da transformação de suas práticas de ensino, mas existem alguns fatores que contribuem para que educadores continuem vivendo o passado em sala de aula com as mesmas perspectivas educacionais das gerações passadas. Dentre os principais podemos citar a deficiência na formação e aperfeiçoamento docente. Este aspecto é fundamental e colabora com as perspectivas desatualizadas dos profissionais docentes, como o entendimento de que “os aprendizes são os mesmos que eles sempre foram, e que os mesmos métodos que funcionaram com os professores quando eles eram estudantes funcionarão com seus alunos agora”. (PRENSKY, 2001, p. 3). Posicionamentos como esses desconsideram a realidade. Os alunos de hoje se comportam, vivem e aprendem de forma diferente, por isso, o ensino que se desloca e que exclui a vivência e o cotidiano dos indivíduos dificilmente será capaz de despertá-los para o processo de ensino-aprendizagem.

Os alunos de hoje são diferentes. [...] “Toda vez que vou à escola tenho que diminuir minha energia”, reclama um estudante de ensino médio. É que os Nativos Digitais não podem prestar atenção ou eles não escolhem? Frequentemente do ponto de vista dos Nativos, seus instrutores Imigrantes Digitais fazem com que não valha a pena prestar atenção à sua forma de educar se comparar a tudo o que eles vivenciam – e então eles os culpam de não prestarem atenção! (PRENSKY, 2001, p. 3).



Evidentemente, a linguagem, a forma de se comunicar de um nativo é diferente da de um imigrante. E já que nós professores somos os imigrantes no sentido digital, somos nós, e não os alunos, quem deve aprender a falar a mesma língua e a adaptar os métodos de ensino a essa nova realidade estudantil. Não podemos esquecer que a dificuldade da inserção e do uso integrado das TICS no contexto e na prática de sala de aula está intimamente ligada à ausência de preparação para as mesmas nos cursos de formação docente, ou seja, existe ainda uma lacuna quanto à capacitação dos professores para o uso das ferramentas digitais. Alguns docentes se aventuram em utilizá-las em sala por sua própria conta ou conhecimento, mas outros se intimidam e preferem não arriscar e continuam com as práticas já conhecidas e de seu domínio. Sobre a importância da capacitação dos professores, Bento já afirmava que:

Um adequado curso de capacitação para a utilização das TDIC em sala de aula deve possibilitar uma nova visão do trabalho docente. A familiarização com o computador e suas ferramentas faz com que o professor não se amedronte com a inserção da tecnologia na escola, ao contrário, com a apropriação destes recursos o professor se lançará constantemente a novos desafios estando em comunhão com o universo de seus alunos. (2014, p. 7).

Muitos dos professores atuantes em sala de aula são o que Prensky denominou de imigrantes digitais. O que devemos reconhecer é que infelizmente não recebemos formação profissional adequada para o trabalho com as tecnologias digitais, por isso, a resistência por parte de muitos professores em utilizá-las em suas aulas é presente. Quando mencionamos formação dos professores não estamos apenas nos referindo aos cursos ou orientações que ensinam como usar computadores, softwares, aplicativos, plataformas digitais, dentre outros. Evidente que isso é um passo importante e essencial, mas o que necessitamos é pensar as práticas pedagógicas associados a essa realidade, pois de nada adiantaria saber como funciona uma rede social ou uma plataforma virtual se os professores não identificassem ou soubessem como adaptar e utilizar essas ferramentas de forma integrada e alinhada com os seus métodos de ensino. Elizabeth Almeida trabalha com a formação para o uso das tecnologias digitais com grupos de professores que compartilham e dialogam sobre suas experiências. Segundo a autora, não basta o domínio instrumental da tecnologia, é preciso que a formação ensine não apenas a seguir prescrições de uso, mas que proporcione aos educadores:



A oportunidade de explorar as tecnologias digitais, identificar suas potencialidades educacionais, desenvolver práticas com o uso dessas tecnologias com alunos, refletir para ajudá-los a aprender e trazer suas reflexões sobre esta ação para discussão com o grupo em formação. No diálogo que se estabelece com a experiência em ato, com os colegas e com o formador, o professor poderá melhor compreendê-la à luz de teorias que o ajudem a superar o nível intuitivo da ação, refletir sobre as experiências e produzir conhecimentos para fomentar práticas pedagógicas com a integração de tecnologias de modo que esses instrumentos possam trazer contribuições efetivas à aprendizagem ativa do aluno. (ALMEIDA, 2007, p. 10).

Como se pode observar, a formação profissional dos professores não deve ser fechada em si, com determinações e prescrições já prontas. Esse processo é enriquecido e pensado a partir das práticas de ensino dos próprios professores, e, por isso, sempre contínuo em descobertas e possibilidades de atuação.

Dito isso, nosso primeiro passo deve ser o de reconhecer que as ferramentas e os recursos tecnológicos disponibilizados pode nos ajudar no processo educacional. Em várias de suas aplicabilidades, tais ferramentas e recursos facilitam a rotina de nossas vidas, mas precisamos aprender como utilizá-las de forma construtiva para o processo de ensino-aprendizagem, pois

não basta apenas transportar a escola para o século XXI, equipando-a com recursos tecnológicos de última geração, é preciso preparar, motivar e qualificar significativamente os professores para que estes tragam as inúmeras possibilidades de construção de conhecimento da era tecnológica para dentro e fora da sala de aula como propulsor da aprendizagem. (BENTO, 2014, p. 8).

Os materiais didáticos digitais são de variedade gigantesca. Silveira (2013), em seu artigo *Materiais didáticos digitais*, já apontava várias razões para o uso dos recursos digitais e das tecnologias da informação e comunicação (TIC'S). São algumas delas: o uso de computadores atrelado aos planos de ensino como forma de motivação; simuladores virtuais que podem viabilizar novas possibilidades de experimentos quando os recursos e a limitação dos laboratórios físicos não atenderem a essa demanda; a extensão da aprendizagem para além do horário da aula, que também favorece a aprendizagem autônoma; acesso aos conteúdos em formatos digitais, sejam estáticos (livros, textos em pdf e imagens), sejam dinâmicos (vídeos, animações e diferentes tipos de mídias); uso de softwares criados com fins



educacionais; dentre outras razões para pensar o ambiente virtual das telinhas em favor da educação da nossa juventude.

Vejam que a possibilidade de uso dos ambientes e ferramentas virtuais são de uma variedade grande e podem ser aplicadas a diferentes áreas do conhecimento, sendo necessário formação e capacitação aos professores dispostos a analisar e cogitar outras formas de ensino a partir da tecnologia que já é uma realidade na vida de todos nós. Assim, cabe-nos refletir que tipo de “Imigrante digital” queremos ser, pois:

Os espertos adultos imigrantes aceitam que eles não conhecem seu novo mundo e tiram vantagens de suas crianças a ajudá-los a aprender e integrar-se. Os imigrantes não-tão-espertos (ou não-tão-flexíveis) passam a maior parte de seu tempo lamentando de como eram boas as coisas em seu “velho país”. Então a menos que nós queiramos apenas esquecer a educação dos Nativos Digitais até eles crescerem e eles mesmos a conseguirem, seria melhor confrontarmos este assunto. E ao fazê-lo precisamos reconsiderar tanto a metodologia quanto o nosso assunto. (PRENSKY, 2001, p. 3).

Como apresentado acima, existem dois tipos de imigrantes digitais: aqueles que, conscientes da realidade, passam a tentar compreender e aprender com esse “novo mundo”, e aqueles que diferentemente permanecem no “velho mundo”. Os professores imigrantes “espertos e flexíveis” devem então pensar em como utilizar as ferramentas do mundo tecnológico e virtual para fins educacionais, pensando em adaptações e inovações de suas práticas de ensino.

A introdução e o uso das TICS no processo educativo ainda encontram algumas barreiras e resistências entre professores. Isso se deve em parte às falhas da formação profissional dos professores que não receberam capacitação adequada para abrirem-se a possibilidade da integração das TICS às suas práticas e metodologias de ensino. Outra está na crença de que o professor seria o único detentor do saber, o que nos dias de hoje já se encontra ultrapassada. Sócrates e Platão, na Antiguidade, já utilizavam um método diferente de ensino. O método dialético socrático tinha por objetivo conduzir o indivíduo em direção ao conhecimento. O saber não seria apenas transferido, transmitido aos estudantes, semelhante a um objeto com o qual presentearíamos alguém. Mas, sim, construído a partir da perspectiva do aluno, em que o mestre/professor se caracteriza por ser um facilitador, intermediador entre o



aprendiz e o conhecimento, o que se diferencia completamente da maneira como os profissionais da educação na antiguidade (sofistas) e alguns ainda na contemporaneidade compreendem o processo do ensino.

Na atualidade, além de reconhecer que a produção do saber se constrói a partir da realidade do estudante, sendo este protagonista do seu aprendizado, devemos considerar também a necessidade da inserção das novas tecnologias da informação e da comunicação na educação, já que vivemos uma era digital. Os recursos tecnológicos não vieram para substituir a figura do professor, mas trazem uma nova percepção sobre a sua função no processo educacional. Nessa perspectiva, entendemos que:

A introdução das novas tecnologias e sua aplicação no ensino em nada diminuiu o papel do professor. Modificou-o profundamente. O professor deixou de ser o único detentor do saber e passou a ser um gestor das aprendizagens e um parceiro de um saber coletivo. [...] Deste modo, compete-lhe exercer toda a sua influência no sentido de organizar o saber que, muitas vezes, é debitado de uma forma caótica, sem espírito crítico e sem eficácia. O novo perfil do professor levará, decididamente, a situá-lo na vanguarda do processo de mudança que a Sociedade da Informação pôs em marcha (LIMA, 2006, p. 4).

Também Lévy, filósofo de referência conhecida quando se trata da discussão sobre as novas tecnologias, já alertava sobre as mudanças necessárias no campo educacional. Segundo ele, a função principal do:

[...] professor não pode mais ser uma difusão dos conhecimentos, que agora é feito de forma mais eficaz por outros meios. Sua competência deve deslocar-se no sentido de incentivar a aprendizagem e o pensamento. O professor torna-se um animador da inteligência coletiva dos grupos ao seu encargo (1999, p. 171).

O conhecimento e as informações sobre diversas áreas e ciências facilmente e rapidamente podem ser acessados pela conectividade ao mundo virtual disponível. Por isso, se pensarmos na função do professor como sendo o que já é possível via internet, esta profissão estaria com os dias contados. Portanto, a funcionalidade do professor é outra, tendo este a necessidade de adaptar-se à nova configuração dessa profissão, ou seja, a de agora apresentar-se como um mediador, um gestor da aprendizagem de seus alunos, orientando-os na busca e no acesso ao conhecimento.



Evidenciada a importância e a urgência do uso das tecnologias também no processo educativo, não podemos esquecer que a sua utilização dependerá da infraestrutura das instituições, da formação e do conhecimento dos professores sobre a área, como também da acessibilidade dos alunos a essas ferramentas. Quando se trata de escolas públicas, devemos considerar que em sua maioria os materiais tecnológicos disponibilizados são insuficientes para o uso como aqui desejamos. Por isso, destacamos a importância e a necessidade mais do que urgente de investimentos na estruturação tecnológica de nossas escolas, como também na formação dos profissionais de ensino para trabalhar com materiais diferenciados. Como já previsto, Imbérnon nos relata:

Para que o uso das TIC signifique uma transformação educativa que se transforme em melhora, muitas coisas terão que mudar. Muitas estão nas mãos dos próprios professores, que terão que redesenhar seu papel e sua responsabilidade na escola atual. Mas outras tantas escapam de seu controle e se inscrevem na esfera da direção da escola, da administração e da própria sociedade (2010, p. 36).

Apesar de sabermos que existem coisas na educação que não dependem apenas de nós professores, ainda assim insistiremos na busca por soluções e saídas para as adversidades que encontramos. É algo que faz parte de qualquer educador, pensar sempre a partir de nós, de nossas práticas. Se no mundo material de nossas escolas encontramos ainda dificuldades que nos impedem de trabalhar da forma que aqui propomos, devemos cogitar um novo mundo, mesmo que não físico. Estamos falando da possibilidade do uso do universo digital. Hoje, muitos adolescentes usufruem de algum tipo de comunicação virtual. Podemos cogitar e analisar tal possibilidade. Para isso, inicialmente precisamos pensar em estratégias educacionais em que os ambientes virtuais possam ser direcionados e adaptados para a aprendizagem.

Sabemos que hoje em dia já existem propriamente diferentes tipos de “AVA” (ambiente virtual de aprendizagem), criados com a intencionalidade de proporcionar o processo de ensino de forma virtual, online. Muitos desses ambientes virtuais já são utilizados por muitas universidades que oferecem os seus cursos na modalidade de educação à distância (EAD).

Ambientes digitais de aprendizagem são sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de



informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções tendo em vista atingir determinados objetivos. As atividades se desenvolvem no tempo, ritmo de trabalho e espaço em que cada participante se localiza, de acordo com uma intencionalidade explícita e um planejamento prévio denominado *design educacional*. (ALMEIDA, 2003, p. 6).

Em cursos universitários e de formação e aprimoramento profissional, as plataformas digitais têm sido muito utilizadas. Já faz algum tempo que softwares como TelEduc, Moodle, Solar, Sócrates vêm oferecendo aos educadores a possibilidade de desenvolverem atividades educacionais que superam os limites físicos da sala de aula.

Não queremos a substituição da sala de aula física e do professor pelos ambientes virtuais de aprendizagem. O que desejamos é trabalhá-los conjuntamente, como suporte um para o outro. Enxergamos uma forma de expansão da sala de aula capaz de oferecer algumas saídas frente às dificuldades encontradas no sistema público de educação. Falamos aqui de um ensino híbrido, uma metodologia ativa que mescla o ensino presencial ao ensino que pode ser desenvolvido online a partir da disponibilidade das novas tecnologias. Essa mescla do ambiente virtual com o presencial favorece a aprendizagem quando alarga o horizonte de possibilidades de utilização de diferentes metodologias, práticas e recursos na promoção de um ensino mais interacionista.

Segundo Horn e Staker (2015, p. 34), o “ensino híbrido é qualquer programa educacional formal no qual um estudante aprende, pelo menos em parte, por meio do ensino on-line, com algum elemento de controle dos estudantes sobre o tempo, o lugar, o caminho e/ou ritmo”. Fica claro que o ensino híbrido é a promoção da educação que envolve o ensino que é desenvolvido em parte no ambiente tradicional, formalizado e, em outra, na conectividade com o mundo online, virtualizado. Essa união do campo formal com o informal tem uma mesma intencionalidade: a de ensinar e promover a aprendizagem, por isso, ambos devem estar alinhados em seus objetivos, metas e previamente planejados e organizados para atingir sua finalidade educativa. Evidentemente, a presença do professor de modo nenhum será excluída, mas adaptada e repensada a essa possibilidade de ensino.



Várias são as perspectivas para o uso de métodos e práticas de ensino que desenvolvam o ensino híbrido. Entretanto, se queremos e optamos por sua adesão, precisamos primeiramente analisar a realidade e o perfil tanto do nosso público estudantil quanto das nossas escolas. Somente considerando e partindo das informações da nossa realidade, poderemos encontrar e obter o sucesso nas transformações que promovemos no campo educacional.

3 A EMERGÊNCIA DAS REDES SOCIAIS E SUAS POSSIBILIDADES

As redes sociais são utilizadas rotineiramente pelo público jovem no Brasil. Não são apenas meios de se relacionarem entre si, mas também ambientes de informação, entretenimento e lazer. O surgimento dessas novas tecnologias da informação e comunicação, desenvolvidas a partir da conectividade com a internet, constitui o que Lévy denominou por ciberespaço, ou seja:

O ciberespaço (que também chama de rede) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (1999, p. 17).

Vivemos uma era digital. Estamos conectados diariamente aos mais variados tipos de aplicativos, plataformas e softwares. No Brasil, os ambientes mais utilizados são as redes sociais. Segundo os dados do portal de estudos e estatísticas *Statista*⁶, o Facebook é a maior rede social utilizada no mundo, liderando o ranking em usuários, seguido do Youtube e WhatsApp. Entre a população brasileira não é tão diferente assim. Baseado no relatório⁷ produzido pela *We Are Social*, em parceria com a *Hootsuite*, observou-se que mais de 140

⁶ A pesquisa divulgada pelo portal *Statista* é referente ao mês de setembro de 2019. Os dados podem ser acessados e verificados através do endereço eletrônico: <https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/>.

⁷ O relatório que informa os dados sobre o ranking das redes sociais mais utilizadas no Brasil é datado de janeiro de 2019 e pode ser encontrado no site do *We Are Social* no endereço eletrônico: <https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>.



milhões de pessoas fazem uso das redes sociais, ocorrendo apenas uma mudança de posição entre os primeiros colocados, a saber, o Youtube está na melhor colocação, seguido pelo *Facebook* e *WhatsApp*.

Em 2019 havia 215,2 milhões de assinaturas de linhas telefônicas, ou seja, um número que superava até mesmo a totalidade da população brasileira, de 211,6 milhões de pessoas. Outro dado importante é que aproximadamente 70% da população (149,1 milhões) acessava a internet de alguma forma e 66% (140 milhões) possuíam contas ativas nas redes sociais, sendo que 61% (130 milhões) desses usuários acessavam as redes sociais através do telefone móvel.

Em 2020⁸, com dados datados de janeiro do mesmo ano também realizados pela parceria entre a *We Are Social e Hootsuite*, verificou-se um aumento de 6% no número de internautas em relação a 2019, um crescimento de 8,5 milhões, totalizando 150,4 milhões de brasileiros conectados à internet. Entretanto, com relação às conexões móveis, houve uma diminuição de 1,6% (3,4 milhões) entre o ano de 2019 com relação a 2020. Apesar da diferença, os dados acerca do acesso através de dispositivos móveis ainda era correspondente a 97% da população brasileira. O que se pode compreender é que após o surgimento e a popularização do que denominamos de *smartphones* - telefones inteligentes com múltiplas funcionalidades, os ambientes virtuais, o ciberespaço e especialmente as redes sociais passam a ser acessados com maior frequência e rapidez, já que não estão mais limitados à necessidade dos computadores para a conexão. Ainda de acordo com a pesquisa mencionada acima, em janeiro de 2020, tínhamos 140,0 milhões de pessoas usuárias de mídias sociais no Brasil, o que em relação a abril do ano anterior representou um crescimento de aproximadamente 8,2%, ou seja, um aumento de 11 milhões de usuários.

Apesar do crescimento nos números de pessoas conectadas à internet, quando trazemos a análise para o nosso público-alvo em questão, a juventude, podemos perceber que a inclusão digital ainda está longe de ser o ideal. Segundo os dados divulgados em maio de 2020 pelo Fundo das Nações Unidas para a infância (Unicef), cerca de 4,8 milhões (17%) de

⁸ Disponível em: <https://portal.com/reports/digital-2020-brazil>. Acesso em: 20 de jul. 2020.



crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos não possuem acesso à internet em suas casas⁹. Isso ficou bem evidenciado no período de maior enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus, quando redes e instituições de ensino, professores e estudantes tiveram que se adaptar à realidade do ensino remoto, e a aprendizagem e o contato com os professores e a escola ficaram restritos às ferramentas e aos ambientes virtuais. Nas regiões Norte e Nordeste, o índice de 17% passa para 21% de crianças e adolescentes sem contato nenhum com a internet. Na situação em que vivemos, onde o ensino depende quase que integralmente do acesso e conexão à internet, é de fundamental importância e urgência que as instituições políticas governamentais em suas diferentes esferas elaborem estratégias e mobilizem-se para garantir igualdade de acesso ao ciberespaço, e, nesse caso, possam garantir o direito à educação e à aprendizagem dessas crianças e adolescentes.

As mídias sociais caracterizam-se como um processo de produção, disponibilização e compartilhamento de conteúdos diversos que podem secundariamente promover a interação entre as pessoas. Uma das principais formas de divulgação de conteúdos é através das redes sociais, pois estas conseguem atingir grande número de pessoas em pouco tempo. É importante salientar que redes sociais e mídias sociais não são exatamente a mesma coisa, apesar de na prática as duas terem quase a mesma funcionalidade. A diferença que podemos observar entre as mídias sociais e as redes sociais está no objetivo para o qual elas foram criadas. Ou seja, o que diferencia basicamente as mídias sociais das redes sociais é que a primeira tem como objetivo central a produção e compartilhamento de conteúdos; a interação entre os usuários pode até acontecer, mas esta não caracteriza o seu papel ou intuito principal. Já nas redes sociais inverte-se esse entendimento, pois seu principal objetivo é promover a interação entre os seus usuários, independente de que meio se utilize para isso. O que percebemos é que atualmente essas duas realidades estão imbricadas. Grande parte das plataformas criadas para produção de conteúdos também promovem a interação e o relacionamento das pessoas no compartilhamento de ideias, pensamentos e valores. Do

⁹ Informações retiradas do site da Unicef. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-essencial-garantir-acesso-livre-a-internet-para-familias-e-criancas-vulneraveis>. Acesso em: 08 de dez. 2020.



mesmo modo acontece com as redes sociais, na promoção e interação com outros usuários, muitas redes alargam o seu campo de atuação ao possibilitarem também a utilização de seus recursos para a criação e produção de diferentes tipos de conteúdos midiáticos.

De uma forma ou de outra, independentemente se cumprem apenas o papel aos quais se propõem ou se alargam suas possibilidades quanto aos seus usos, a realidade é que tanto as redes sociais como as mídias sociais são utilizadas em todo o mundo e de forma bem expressiva no Brasil. Como sabemos, muitas são as opções existentes de mídias e redes sociais. Além do Facebook, WhatsApp, Youtube que são as mais conhecidas e utilizadas pela população, ainda temos Messenger, Twitter, Wechat, LinkedIn, Snapchat, Pinterest, dentre tantas outras existentes.

A cada ano surgem novas redes sociais que apostam em diferentes funcionalidades na intenção de atrair as pessoas. Mas o que caracteriza uma rede social, o que a define? Marteleto compreende como sendo “um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados” (2001, p. 72). De forma semelhante, Silva e Ferreira apresentam a rede social como “um conjunto de pessoas (ou empresas, ou qualquer outra entidade socialmente criada) interligadas (conectadas) por um conjunto de relações sociais tais como amizade, relações de trabalho, trocas comerciais ou de informações” (2007, p. 2). Dessa forma, as redes sociais no sentido tecnológico, virtual, podem apresentar-se de maneiras diferentes, mas preservam um objetivo em comum: o de conectar as pessoas via internet, promovendo a interação por meio do compartilhamento e da troca de informações, sejam do âmbito pessoal, político, comercial, seja profissional.

Assim, temos o que denominamos de comunidades virtuais, pessoas conectadas que interagem e se comunicam transcendendo as barreiras geográficas. Atualmente, basta o acesso à internet para termos a possibilidade de conhecer, interagir e compartilhar informações com pessoas de diferentes lugares do mundo. Sobre o conceito de comunidades virtuais, Schlemmer e Carvalho apresentam como:

redes eletrônicas de comunicação interativa autodefinidas, organizadas em torno de um interesse ou finalidade compartilhados. Podem abarcar e integrar diferentes formas de expressão, bem como a diversidade de interesses, valores e imaginações, inclusive a expressão de conflitos, devido às suas diversificações, multimedialidades



e versatilidades. O desenvolvimento de comunidades virtuais se apoia na interconexão e se constitui por meio de contatos e interações de todos os tipos. (2005, p. 2).

A internet e o conjunto das redes sociais criaram um espaço para interação e comunicação jamais pensado. Informações e diversos tipos de conteúdo estão ao alcance de pessoas de todo o mundo. A conectividade ao mundo virtual, à internet e às redes sociais já são uma realidade na vida da juventude brasileira. Entretanto, muito ainda se vê de negativo na relação dos jovens com o ciberespaço. Todavia, todo e qualquer ambiente, seja ele físico ou não, tem seus riscos e perigos, o que depende muito mais da forma e do intuito que a ele atribuímos. Ou seja, ao mesmo tempo que a internet e as redes sociais nos proporcionam acesso à informação a nível mundial, uma comunicação rápida entre as pessoas e formas de interação e entretenimento, estas também podem, ao mesmo tempo, serem palcos de atos de assédio, discursos de ódios, disseminação de notícias falsas (*fake news*) e invasão de privacidade dos usuários.

Quanto à legislação específica para os crimes praticados via internet, tivemos duas leis sancionadas em 2012. A primeira é a Lei dos Crimes Cibernéticos 12.737/2012¹⁰, também conhecida como Lei Carolina Dieckmann, que tipifica crimes de delitos informáticos e estabelece punições de reclusão e detenção, além de multas que variam de acordo com a gravidade dos delitos cometidos. Tivemos sancionada também em novembro de 2012 a Lei 12.735¹¹, que em seu Art. 4º determinou que os órgãos da polícia judiciária deveriam estruturar setores e equipes especializadas para o combate às ações criminosas praticadas nos meios digitais e informatizados de comunicação.

Quando um delito está previsto no Código Penal, seja ele realizado no mundo virtual, seja físico, os crimes deverão ser punidos da mesma maneira. Hoje, já temos em vários estados brasileiros as delegacias especializadas em crimes digitais e informáticos. Mais recentemente, no Ceará, com o aumento de divulgação de notícias falsas, o governo do estado criou a DRCC

¹⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm. Acesso em: 08 de dez. 2020.

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12735.htm. Acesso em: 08 de dez. 2020.



– Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos. Segundo Marcus Rattacaso, delegado-geral da polícia civil do Ceará, o crescimento da acessibilidade à internet e às redes trouxe consigo ferramentas que auxiliam e facilitam a vida do cidadão, mas que ao mesmo tempo acabaram dando espaço à prática de crimes que violam a liberdade e a segurança dos usuários. Com DRCC, a polícia do estado afirma está mais preparada e especializada para o combate aos crimes de origem virtual.¹²

Já em 2014 tivemos a Lei 12.965¹³ conhecida como Marco Civil da Internet, que estabeleceu os direitos e deveres dos usuários, bem como as garantias e os princípios a serem respeitados no Brasil, no uso da internet. Assim, foram determinadas uma série de diretrizes para fundamentar a atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para proteger a privacidade das pessoas e repelir os crimes praticados pela conexão aos meios digitais. Mais recentemente, o Senado, através do projeto de lei 4.161/2020 apresentado pelo senador Marcos do Val (Podemos-ES), analisa a possibilidade de punições mais rigorosas para os crimes de estelionato e fraude praticados via internet: além da multa, a pena seria acrescida em dois terços do que é atualmente em lei.¹⁴

Apesar das legislações específicas, muitos atos de injúria, difamação, violação de dados e disseminação de informações falsas continuam existindo. Mas isso acontece até em meios físicos, ou seja, infelizmente não é porque uma ação foi caracterizada como criminosa que ela deixa de existir e ser praticada. Como dissemos, as ferramentas disponibilizadas pela acessibilidade aos meios digitais e informatizados trazem muitas possibilidades de aplicação e utilização. Infelizmente, assim como podemos usá-las de forma positiva, outros podem fazer uso de maneira negativa e delituosa. De toda forma, o que devemos compreender é que existem normas e leis específicas para regradar o comportamento das pessoas, instituições ou

¹² As informações citadas acima podem ser acessadas no site oficial do governo do estado Ceará. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/09/25/governo-do-estado-do-ceara-cria-delegacia-exclusiva-para-combater-crimes-ciberneticos/>. Acesso em: 08 de dez. 2020.

¹³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 08 de dez. 2020.

¹⁴ As informações sobre o Projeto de Lei nº 4161, de 2020 podem ser acessadas no site da Agência do Senado. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/143937>. Acesso em: 08 de dez. 2020.



empresas no mundo virtual/digital. Caso desobedecidas, a parte ou as partes lesadas possuem todo o direito de realizar as denúncias e serem reparadas pela justiça.

O que não podemos, entretanto, é focalizar apenas em seu lado negativo. É preciso conhecê-lo, mas precisamos explorar as ferramentas que estão ao nosso alcance para transformá-las em objetos contribuidores de nossa atuação em sociedade, seja no âmbito pessoal, político, social, seja educacional. É preciso que pais, professores, instituições de ensino e a sociedade de uma forma geral pensem, repensem e encontrem formas positivas e seguras no uso dessas tecnologias. As redes sociais tão visitadas pelo público jovem podem transformar-se em ambientes não apenas de interação/informação, mas também de aprendizagem. Moreira já alertava para a possibilidade da relação entre a aprendizagem e a expansão das novas tecnologias da informação e comunicação quando fala que:

Os usos das tecnologias de informação e comunicação reivindicam outros modos de ver os jovens e suas pequenas máquinas, não apenas os de submissão, de vício e fuga da realidade, normalmente empregados quando estamos indefesos diante de uma ameaça incompreensível. A questão do pertencimento, da conquista da autonomia e afastamento dos pais para se tornar adulto parece acompanhar o jovem em suas andanças nas redes. (2015, p. 35-36).

É preciso analisar e observar as redes sociais sobre diferentes perspectivas. Com a disponibilidade e a variedade de recursos que estão integrados na configuração das redes sociais, se bem pensadas poderão contribuir não apenas para a comunicação e interação entre os jovens, mas como uma forma diferenciada de buscar e acessar o conhecimento com maior autonomia. Outros pesquisadores já defendiam que a aprendizagem pode ser

Promovida pelo compartilhamento e o uso da informação, os quais, como resultado, possibilitam novos aportes, entre eles os mais significativos são os novos conhecimentos e as novas habilidades. As redes que constituem espaços em que o compartilhamento da informação e do conhecimento é proficiente e natural são espaços também de aprendizagem e, assim, tornam-se um ambiente para o desenvolvimento e para a inovação. (ALCARÁ, DI CHIARA e TOMAÉL, 2005, p. 102).

O que queremos é que os ambientes das redes sociais tão visitados pelos nossos estudantes possam ser visualizados como espaços possíveis para a aprendizagem. Logicamente esses espaços da forma como projetamos utilizá-los exigem planejamento e



estudo para adaptá-los aos nossos objetivos, caso contrário, corremos o risco de perdermos nessa missão. Nosso primeiro passo é definir quais dessas redes podem ser utilizadas para a nossa finalidade e que se alinham não apenas à nossa realidade, mas também com a dos estudantes da escola pública.

4 PENSANDO O FACEBOOK E O ENSINO DE FILOSOFIA

O Facebook surgiu em 2004 com Mark Zuckerberg e mais três universitários de Harvard: Chris Hughes, Eduardo Saverin e Dustin Moskovitz. De início era uma rede privada universitária criada para comunicação e interação entre os estudantes da universidade. Dessa forma, seu uso tinha um público restrito. Pouco tempo depois, em 2005, expandiu-se para outras instituições de ensino; e em 2006 tivemos a ampliação da rede aberta a qualquer internauta interessado. No ano seguinte, além da troca de mensagens e do compartilhamento de fotos, tornou-se possível também a reprodução e o compartilhamento de vídeos, o que fez a rede se popularizar ainda mais, alcançando seus 58 milhões de usuários. Desde então, a rede veio inovando e apresentando novas funcionalidades que garantiram um número sempre crescente de adeptos da página virtual.

Conforme apresentado anteriormente, entre todas as redes sociais existentes no mundo, e de modo específico no Brasil, o Facebook mostrou-se como uma das maiores em números de usuários com conta ativas. Como sabemos, essa ferramenta virtual não foi criada para fins educacionais, entretanto, diante dos recursos que são oferecidos, é possível repensar e redirecionar o seu uso também para o processo de ensino-aprendizagem. Sobre o potencial da rede social como recurso educativo, pesquisadores já haviam concluído que o Facebook

Pode potencializar a comunicação e a partilha de informação e conhecimento, e pode permitir o desenvolvimento de capacidades e estratégias de ensino/aprendizagem mais dinâmicas e interativas, abertas e criativas, possibilitando uma maior participação dos intervenientes, um melhor aproveitamento dos recursos e maior mobilidade de informação e conhecimento. (JANUÁRIO; MOREIRA, 2014, p. 68).



Como apresentado, podemos identificar certas vantagens na apropriação de redes como Facebook para o campo educacional: serve como um meio de comunicação que facilita o diálogo entre professores e alunos e entre os próprios estudantes; facilita o compartilhamento de informações e conteúdos em diferentes formatos, o que pode mais facilmente despertar o interesse dos estudantes; realiza o que chamamos de extensão da escola e da sala de aula, permitindo um espaço/tempo maior dedicado à aprendizagem; pode ampliar o número de estudantes participantes nas discussões dos conteúdos trabalhados, já que o tempo de sala de aula deixa de ser uma limitação, dentre outras possibilidades.

Poderíamos questionar que muitas vantagens que o Facebook oferece também seriam encontradas em plataformas de ensino já utilizadas com finalidades educacionais. Todavia, não podemos esquecer de que grande parte dos estudantes já está inserida no ambiente virtual do Facebook, já dominam suas ferramentas e compreendem a dinâmica do espaço, além de dedicarem parte considerável do seu dia para acompanhar as atualizações da página. Nessa perspectiva, o que visualizamos é a possibilidade de transformar parte desse tempo gasto nas redes sociais em tempo, em momento de aprendizagem.

De acordo com a pesquisa da *We Are Social e Hootsuite* efetuada em janeiro de 2019, pode-se observar que aproximadamente 140 milhões de pessoas já possuem contas ativas em redes sociais no Brasil, e 92% dos usuários, o que corresponde a 130 milhões, realizam o acesso através dos telefones móveis. Nossos alunos estão imersos nas ferramentas tecnológicas oferecidas e disponibilizadas nos aparelhos celulares *smartphones*, e geralmente é por meio deles que grande parte acompanha as redes sociais.

Como sabemos, nem sempre as escolas dispõem de um aparato tecnológico e material para suprir as necessidades de aulas que trabalhem com reprodução multimídia. Nesse ponto, encontramos possíveis soluções para duas situações: ao aliar as redes sociais ao processo ensino-aprendizagem, conseguimos trabalhar, unir a realidade do aluno “nativo digital” ao processo educacional, e ao mesmo tempo superamos ou, pelo menos, traçamos estratégias para enfrentar a precariedade material/tecnológica das instituições públicas nas quais estamos inseridos. Desse modo, o que antes era muitas vezes identificado como um empecilho em sala



de aula, agora pode nos fornecer uma saída para pensarmos práticas de ensino que nos ajudem no processo de ensino dos nossos estudantes.

A rede social tem suas vantagens e já vem sendo utilizada em diversas áreas para finalidades educacionais e de aprendizagem. Para o ensino de filosofia em questão, é possível desenvolver metodologias próprias da disciplina a partir da unificação do mundo virtual com o material, sem separações, mas sendo um como extensão do outro. Januário e Moreira já alertavam para a emergente necessidade desses da junção dos dois universos:

Não obstante, não podemos escamotear o facto das redes sociais serem o habitat das gerações que, atualmente, recebemos nas nossas escolas. E por isso, incorporar as redes sociais na escola parece-nos um passo inevitável para mantermos a proximidade com os nossos estudantes. (2014, p. 68).

Como já afirmado, não se pode pensar o processo de ensino-aprendizagem desconexo da realidade tecnológica em que todos nós estamos inseridos. Vemos então uma necessidade cada dia mais presente, a de pensarmos em formas de introduzirmos as ferramentas tecnológicas e midiáticas próprias da era digital nas metodologias de ensino de Filosofia.

Compreendemos o ensino de filosofia enquanto uma experiência do pensamento produtora de ideias e conceitos. Para promover tal experiência, precisamos, nesse processo, de elementos que muitas vezes as escolas não nos oferecem. Apenas os manuais utilizados isoladamente podem ser insuficientes. Estes contribuem na sistematização e na investigação dos conteúdos, mas não podemos restringir as aulas apenas ao seu uso. A aula de filosofia possui outros momentos a serem desenvolvidos até alcançar a conceituação. Por isso, educadores têm pensado em meios mais próximos do dia a dia como redes sociais, a exemplo do Facebook, que conseguem oferecer mais alternativas para o processo educativo.

Atualmente, essas pessoas têm encontrado ou descoberto algumas aplicações úteis na educação. As redes sociais podem gerar novas sinergias entre os membros de uma comunidade educativa, como por exemplo: facilita o compartilhamento de informações envolvendo temas estudados em sala de aula, o estudo em grupo, a divulgação dos mais diversos conteúdos informativos, o compartilhamento de recursos (documentos, apresentações, links, vídeos) e, sobretudo, de projetos e fortalece o envolvimento dos alunos e professores e cria um canal de comunicação entre eles e outras instituições de ensino. (LORENZO, 2013, p. 56).



A utilização das redes sociais, e de modo específico do Facebook no ensino de filosofia, apresenta um potencial de recursos e ferramentas que pode ser capaz de desenvolver uma verdadeira experiência filosófica que promova o diálogo, o questionamento e a investigação filosófica. Vejamos um pouco mais do que estamos aqui defendendo.

Assim como muitos pensadores e educadores, Cerletti (2009, p. 87) reconhece que “a filosofia se constrói no diálogo”, necessitando deste para se desenvolver. Na verdade, desde a Antiguidade já existe esse entendimento. Filósofos como Sócrates e Platão já utilizavam o método dialético como forma de construir o conhecimento¹⁵. Aristóteles já definia o ser humano como um ser político, social, que só se realiza plenamente na interação e no diálogo com seus semelhantes, vivendo em sociedade, mais especificadamente na cidade (*pólis*).

Com a revolução tecnológica dos últimos anos, redes sociais são criadas com a finalidade de promover a socialização e o diálogo. Entretanto, não devemos esquecer que tais ferramentas interativas possuem objetivos empresariais e a forma como são planejadas e executadas obedecem ao que se denomina algoritmo. De acordo com Bucher (2012, p. 1169), “O algoritmo não é somente modelado em um conjunto de pressupostos culturais pré-existentes, mas também pressupostos antecipados e orientados sobre interações lucrativas e com valor que são em última instância direcionadas a finalidades comerciais e financeiras” (apud VALENTE, 2019, p. 110). Por isso, é importante aos seus usuários que compreendam a dinâmica de atuação de tais plataformas a que estão submetidos, entendendo que as redes sociais quando utilizadas sem nenhuma crítica ou avaliação dos indivíduos podem funcionar como isolantes, instrumentos de unificação de discursos, criadores de “bolhas sociais” que se abstém da pluralidade e diversidade existentes dentro da sociedade. Nossa proposta é que a

¹⁵ O método dialético desenvolvido por Sócrates e reafirmado por Platão em seus escritos filosóficos, como a própria denominação sugere, baseia-se no diálogo como forma de alcançar o conhecimento. Podemos compreendê-los em dois momentos. A primeira fase chamamos de ironia, onde Sócrates elaborava uma pergunta simulando dúvida a respeito, daí a justificativa à denominação desse primeiro momento. Seu objetivo era despir os interlocutores de falsas opiniões e ideias, refutar as afirmações e, quando necessário, levá-los a reconhecer que não sabiam (ignorância socrática). Quando isso ocorre, chegamos ao segundo momento de seu método, denominado “maiêutica”. Leva este nome em referência à mãe de Sócrates significa parto das ideias. Assim como sua mãe, Sócrates se identificava como um parteiro, não um parteiro de bebês, mas o parteiro de ideias, que auxiliava os indivíduos no árduo parto do conhecimento.



rede social Facebook possa através da adaptação do ambiente virtual e direcionada por objetivos e orientações prévias apresentados aos estudantes, possam promover justamente aquilo que é essencial para o pensamento filosófico, ou seja, aquilo que move e mantém a filosofia sempre ativa e viva: o diálogo, a participação nas discussões estabelecidas e que não limitem ou tendenciem o pensamento. Para tanto, apresentamos a metodologia de ensino de filosofia do pensador e educador Silvio Gallo como uma das possibilidades de aplicação virtual capaz de fomentar o debate e o diálogo entre os estudantes de nível médio através de redes sociais como o Facebook.

Antes da popularização das redes sociais, a comunicação e a criação de conteúdos eram construídas apenas por uma minoria. De acordo com Couto essa configuração passiva da maioria:

Encontrou na televisão a sua mais clara e simples expressão. Uma empresa, um canal, umas poucas pessoas produtoras de conteúdo, transmitiam para a maioria calada o que devia e merecia ser visto, consumido. De modo geral, as pessoas eram reduzidas ao consumo: de produtos, informações e saberes. Durante várias décadas, para muitas pessoas, a vida podia ser resumida em trabalhar, dormir e ver TV. Não é difícil perceber a monotonia desse passado recente em que poucas pessoas podiam ter voz e se expressar em meios de comunicação de massa. Não é difícil perceber os usos políticos e restritivos de liberdades sociais e pessoais quando as poucas pessoas que podiam criar e difundir conteúdos “ditavam” supostas verdades e modos de ser. (2014, p. 49-50).

Com o aprimoramento da tecnologia e o desenvolvimento da web 2.0, que tornou possível o surgimento das comunidades em redes, o modelo hierarquizado de transmissão de informações foi substituído. Com isso, a população alcançou maior participação e liberdade para se expressar nos meios de comunicação. Hoje, como sabemos, qualquer pessoa pode ser um produtor de conteúdos na internet, e mais ainda, qualquer pessoa pode comentar, fomentar diálogos sobre os mais variados temas nas comunidades interativas das páginas de redes sociais.

No tocante à filosofia, é de extrema importância que os estudantes se sintam livres para expressarem suas ideias e pensamentos, caso isso não aconteça, teríamos a estagnação da criatividade do pensar. Nesse sentido, “a chamada revolução da web 2.0 parece realizar com sucesso o objetivo de ajudar as pessoas a criarem e compartilharem ideias, produtos e



saberes. As práticas de expressão de si não cessam de ser estimuladas e valorizadas” (COUTO, 2014, p. 52).

Como apontado, o diálogo e a participação dos estudantes são instrumentos necessários e de grande valor nas aulas de filosofia, pois somente a partir disso temos uma aula efetivamente filosófica. Entretanto, debates e discussões em salas de aula nem sempre ocorrem da maneira que desejamos, pois não são todos os estudantes que se sentem à vontade para se expressarem na frente de seus colegas, e isso ocorre por variados motivos¹⁶, um deles é a timidez.

Além disso, uma aula de 50 minutos é insuficiente para desenvolver um debate e promover o diálogo com um maior número de alunos, fazendo com que na maioria das vezes, a discussão permaneça incompleta, ou que muitos alunos fiquem de fora do diálogo. Na configuração das aulas de filosofia atualmente, torna-se inviável desenvolvê-la no tempo de uma aula. Entretanto, quando trazemos nossa proposta de discussão para o ambiente virtual Facebook, utilizando-o como uma extensão da sala de aula física, observamos que muitos dos nossos problemas encontram soluções. No ambiente virtual das redes, o quadro muda sua configuração. Vejamos então algumas das vantagens do seu uso para o ensino de filosofia:

- 1) Não há mais a limitação de tempo antes tão problemática para as aulas de filosofia, já que esta encontra uma forma de expansão no Facebook;
- 2) A timidez dos estudantes tende a diminuir, primeiro por não estarem frente a frente, “face a face” com os colegas e o professor, segundo porque a participação e compartilhamento de ideias sempre foi e ainda é bastante valorizado e incentivado entre as diversas redes sociais;
- 3) A comunicação é mais facilmente estabelecida, possibilitando uma maior participação dos discentes nas discussões e temas trabalhados;

¹⁶ Além da timidez, podemos acrescentar como fatores que dificultam a realização de debates e discussões em sala de aula: o tempo insuficiente de aula para a filosofia; a falta de motivação interna; a sensibilização aos temas que nem sempre ocorrem; a falsa ideia acomodada na mente dos estudantes de que o conhecimento encontra-se com o professor, e estes seriam assim meros expectadores da aula; dentre outras questões.



- 4) Adquire-se a possibilidade de trabalhar junto aos nossos alunos com os mais variados tipos de multimídias, o que no ambiente formal da sala de aula era limitado devido à precariedade de recursos que infelizmente as escolas públicas apresentam;
- 5) Favorece a “sensibilização”, já que atrai o estudante para as temáticas abordadas pela exploração dos diferentes tipos de recursos multimídias disponíveis na página virtual;
- 6) Dá a oportunidade de o conhecimento ser construído e alcançado também a partir da prática do estudante, descentralizando em parte o saber e o conhecimento somente da figura do professor. O conhecimento passa assim a ser fruto de uma construção conjunta entre todos os agentes envolvidos, mediada e orientada pelo professor;
- 7) Motiva o estudante para a investigação filosófica, todavia sempre orientada pelo(a) professor(a) a buscar as respostas às problemáticas levantadas;
- 8) Traz o habitat natural (digital, tecnológico, virtual) da nossa juventude para dentro do cenário educacional.

Diante do que foi visto, consideramos que o uso do Facebook se apresenta como uma possibilidade de desenvolver efetivamente uma metodologia de ensino de filosofia que tem grandes chances de promover uma rica experiência do pensamento. Por meio da união da sala de aula presencial com o universo virtual da rede social, encontramos muitas ferramentas de colaboração para o diálogo e para a experiência filosófica. Como argumenta Januário e Moreira,

sendo o Facebook, por excelência um espaço de interação e comunicação, o professor pode aproveitar as muitas horas que os seus estudantes passam conectados, para utilizá-lo como um espaço de partilha de conteúdos multimídia, de vídeos, de músicas, de fragmentos de filmes ou de peças de teatro, relacionados com os temas lecionados. Para além disso, pode, também, aproveitar esse tempo para promover discussões e debates sobre os assuntos tratados. (2014, p. 79).

Nossa tarefa consiste então em transformar, adaptar esse espaço para desenvolvermos o processo da produção filosófica de forma responsável, já que como sabemos a rede social Facebook não foi projetada para ser um AVA (ambiente virtual de aprendizagem). Dessa forma, exige-se do professor planejamento para estabelecer a melhor maneira de trabalhar com essa



plataforma virtual, tornando-a eficiente como espaço de interação e colaboração na construção do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afirmamos ao longo desse artigo a necessidade de repensarmos e ampliarmos o horizonte acerca do desenvolvimento de recursos, ferramentas, práticas e metodologias que possam contribuir com o processo de formação educacional. Ao realizarmos um apanhado sobre a trajetória, os desafios e as dificuldades no ensino de filosofia, observamos que duas problemáticas são centrais: o tempo de aula atual disponibilizado à disciplina, que na grande maioria das escolas é de apenas cinquenta minutos de aula semanal; e a precariedade de recursos materiais e tecnológicos que dificultam práticas de ensino diferentes da que conhecemos tradicionalmente. Os dois problemas quando aliados desencadeiam uma série de problemas secundários no desenvolvimento das atividades dos professores de filosofia, como por exemplo, as dificuldades em: trabalhar conteúdos mínimos planejados de forma mais aprofundada e que possibilitam a reflexão; desenvolver metodologias voltadas para as habilidades e especificidades da prática filosófica; oferecer aulas mais dinâmicas, interativas e que utilizem elementos próprios do meio tecnológico e midiático em que estão inseridos os nossos estudantes, e dentre outras abordagens que discutimos nesse artigo.

Com o avanço dos meios tecnológicos e a emergência das redes sociais, vivemos o que chamamos de era digital. Muitos de nós tivemos de nos adaptar a essa realidade, ao passo que as novas gerações (nativos digitais) já nasceram em um ambiente conectado às tecnologias da informação e da comunicação (TICS) e as acessam e utilizam sem muito esforço, quase que naturalmente.

O mundo mudou e a forma como vivemos também. Do mesmo modo, a educação não pode estacionar no tempo e continuar insistindo em métodos de ensino que não mais se alinham às exigências dessa nova realidade. Os estudantes de hoje se comportam e vivem de uma forma diferente da nossa, imersos em um mundo tecnológico e de rápida comunicação



através da utilização das redes e mídias sociais. Consequentemente, essa constatação nos leva concluir que a maneira como aprendem também. Por isso, é preciso chamar a atenção quanto à inevitabilidade da classe docente repensar parte de seus métodos e práticas utilizadas atualmente no processo de ensino e aprendizagem.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Elizabeth. “Tecnologia e educação a distância: abordagens e contribuições dos ambientes digitais e interativos de aprendizagem”. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.2, p. 327-340, jul./dez. 2003.
- ALMEIDA, Elizabeth. “Tecnologias digitais na educação: o futuro é hoje”. In: *Encontro de educação e tecnologias de informação e comunicação*, 5, 2007, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2007.
- BENTO, Raquel. “A formação de professores e o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação na escola”. In: *Revista Saberes da UNIJIPA*, 1ª Ed, v. 01, jul. 2014. CERLETTI, Alejandro *O ensino de filosofia como problema filosófico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- COUTO, Edvaldo. “Pedagogias das conexões. Compartilhar conhecimentos e construir subjetividades nas redes sociais digitais”. In: PORTO, Cristiane; SANTOS, Edmea. (Orgs). *Facebook e educação: publicar, curtir, compartilhar*. Campina Grande: EDUEPB, 2014.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?*, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- GALLO, Sílvio. “A filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade”. In: GOTO, Roberto; SILVEIRA, Renê. (Orgs.) *Filosofia no Ensino Médio: Temas, Problemas e Propostas*. São Paulo: Loyola, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- HORN, Michel; STAKER, Hearther. *Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação*. Porto Alegre: Penso, 2015.
- IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. São Paulo: Cortez, 2010.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora: 34, 1999.
- LIMA, Joaquim. *As novas tecnologias no ensino*. 2006. Disponível em: <https://doceru.com/doc/ex10e1v>. Acesso em: 21 de nov. 2022.
- LORENZO, Eder. *A utilização das redes sociais na educação*. Rio de Janeiro: Clube de Autores, 2013.
- MARTELETO, Regina. “Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação”. *Ciência da Informação*, Brasília, v.30, n.1, p.71-81, jan./abr. 2001.



MOREIRA, António; JANUÁRIO, Susana. “Redes sociais e educação: reflexões acerca do Facebook enquanto espaço de aprendizagem”. In: PORTO, Cristiane.; SANTOS, Edmea. (Orgs). *Facebook e educação: publicar, curtir, compartilhar*. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

MOREIRA, Benedito. “Os jovens e as tecnologias: entre a poética e o controle técnico”. In: SOUSA, Carlos. (Org.). *Juventudes e tecnologias sociabilidades e aprendizagens*. Brasília: Liber Livro, 2015. p. 21-42.

PRENSKY, Marc. “Nativos Digitais, Imigrantes Digitais”. *On the Horizon*, 9(5). 2001. Tradução de Roberta de Moraes Jesus de Souza. Disponível em: <http://poetadasmoreninhas.pbworks.com/w/file/fetch/60222961/Prensky%20-%20Imigrantes%20e%20nativos%20digitais.pdf>. Acesso em: 25 de out. 2019.

RODRIGO, Lídia. “Uma alternativa para o ensino de filosofia no nível médio”. In: GOTO, Roberto; SILVEIRA, Renê. (Orgs.) *Filosofia no Ensino Médio: Temas, Problemas e Propostas*. São Paulo: Loyola, 2007.

SCHLEMMER, Eliane; CARVALHO, José. “Gestão de um consórcio nacional para educação a distância organizado na forma de comunidade virtual de aprendizagem: a estratégia da CVA-RICESU”. *Colabor@* (Curitiba), São Leopoldo, v.3, n.10,1-9,005.

SILVA, Antonio; FERREIRA, Marta. “Gestão do conhecimento e capital social: as redes e sua importância para as empresas”. *Informação & Informação*, Londrina, v. 12, n. esp., 2007.

SILVEIRA, Ismar. “Materiais didáticos digitais”. In: GALLO, S. *Filosofia – Experiência do Pensamento*. (Manual do Professor). São Paulo: Scipione, 2013.

SILVEIRA, Ismar; REIS, Luiz. “Aproximando nativos e imigrantes digitais em sala de aula com o uso efetivo das tecnologias: uma análise contextualizada do Estado de São Paulo a luz do IDEB”. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/wie/article/view/21778>. Acesso em: 21 de nov. 2022.

SILVEIRA, Renê. “Teses sobre o ensino de Filosofia no nível médio”. In: GOTO, Roberto; SILVEIRA, Renê. (Orgs.) *Filosofia no Ensino Médio: Temas, Problemas e Propostas*. São Paulo: Loyola, 2007.

TOMAEL, Inês.; ALCARÁ, Adriana; DI CHIARA, Ivone. “Das redes sociais à inovação”. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 34, n. 2, p. 93-104, 2005.

VALENTE, Jonas. “Algoritmos e Sites de Redes Sociais: uma discussão crítica sobre o caso do Facebook”. In: *Revista Pós - Número 2, Volume 14, agosto 2019*.

Recebido: 03/10/2022

Aprovado: 15/11/2022